PROJETO DE LEI Nº DE 2012.
(Do Sr. Vicente Selistre)

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que “aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.”

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei fixa novos parâmetros para efeitos de trabalho noturno.

Art. 2º. O art. 73 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que “aprova a Consolidação das Leis do Trabalho”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. O trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 50% (cinquenta por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

§ 1º

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 21 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde detectaram, conforme recentemente publicado na revista *The Lancet*, que trabalhar à noite aumenta o risco de desenvolver câncer.¹

Fadiga, sonolência, déficit de atenção, de memória e raciocínio, predisposição a problemas cardiovasculares, metabólicos e gástricos, além do isolamento social e insegurança, "certo é que no período noturno o organismo humano faz um esforço maior, pois a noite é o período biológico em que a pessoa deve dormir, e não trabalhar", leciona Sérgio Pinto Martins.

Os efeitos da jornada noturna sobre a vida do trabalhador são amplamente conhecidos, tanto que o trabalho noturno já é objeto de proteção legal, mediante uma combinação de medidas direcionadas à restrição da prestação deste tipo de atividade e à ampliação das vantagens jurídicas delas derivadas, quando efetivamente prestadas.

A Convenção nº 171 da OIT, cujo texto foi acolhido no ordenamento jurídico brasileiro, não deixa dúvidas sobre os prejuízos causados ao trabalhador noturno:

"A prestação de trabalho pode concretizar-se, em princípio, em qualquer fase do dia ou da noite. Contudo a prestação noturna de trabalho é obviamente, mais desgastante para o trabalhador, sob o ponto de vista biológico, familiar e até mesmo social."

Como se vê, os distúrbios físicos, mentais e sociais decorrentes do trabalho noturno são intensos e as medidas compensatórias não são capazes de evitar esses males. Por tal razão, a presente proposta vem no sentido de garantir que o favorecimento compensatório no cálculo da remuneração do trabalho noturno seja ampliado, de sorte a amenizar os prejuízos causados ao trabalhador submetido a essa desgastante jornada.

A medida proposta vem sendo fortemente defendida pelo conhecido doutrinador Sérgio Pinto Martins, o qual afirma que: "dever-se-ia aumentar o percentual do adicional noturno para 50%, equiparando-o ao de horas extras", para que dessa forma, ao menos fosse amenizado todo o transtorno causado ao empregado que labora em jornada noturna.

De igual forma, pretende-se diminuir a diferença do horário noturno entre trabalhadores urbanos e rurais. No Brasil, considera-se horário noturno para os empregados urbanos o trabalho executado entre as 22h de um dia e 5h do dia seguinte (§ 2º do art. 73 da CLT). Para os empregados rurais, o horário noturno

¹ <http://inter.coren-sp.gov.br/node/2470>

será das 21h às 5h, na lavoura, e das 20h às 4h na pecuária. Ainda, o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil prevê horário noturno das 20h às 5h (§ 3º do art. 20 da lei nº 8.906) para os advogados empregados.

Ou seja, a legislação trabalhista fixou parâmetros distintos de horário noturno em razão da atividade urbana ou rural. Assim o fez com objetivos distintos, seja para preservar a imutabilidade do horário frente às variações cíclicas anuais pela qual passa a extensão do dia e da noite; seja pela compreensão de que os desgastes possuem intensidades diversas ao longo da noite, mas principalmente, para não encarecer o preço da força de trabalho contratada em trabalho noturno.

Entendemos, contudo, que inexistem razões que justifiquem a discrepância conceitual estabelecida pelo direito brasileiro quanto à delimitação da jornada noturna rural em face da jornada noturna urbana, mormente porque os desgastes, ora mencionados, advêm da prestação de atividade em horário noturno e não da força física empregada no labor.

A fixação do horário noturno para os trabalhadores urbanos durante o compreendido entre 21h de um dia e 6h do dia seguinte, permite corrigir esse equívoco legal que, em verdade, não se coaduna com o princípio da igualdade tanto almejado pela nossa Constituição Federal.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, de 2012.

Deputado VICENTE SELISTRE